



Demonstrações Financeiras

Programa de Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo Fase I - 3127/OC-BR

31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2015
com Relatório dos Auditores Independentes

**Programa de Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo - Fase I-
3127/OC-BR**

Demonstrações financeiras

Índice

A) Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras1

B) Demonstrações financeiras auditadas do programa

 1. Demonstrativo de fluxo de caixa3

 2. Demonstrativo de investimentos acumulados5

C) Notas explicativas das demonstrações financeiras do programa6

**A) Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores do

Programa de Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo - Fase I- 3127/OC-BR
São Paulo - SP

Examinamos a demonstração contábil de recebimentos e pagamentos do Programa "Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo", elaboradas pelo Departamento Estradas e Rodagens do Estado de São Paulo que compreendem as demonstrações de fluxos de caixa e dos investimentos acumulados em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2015, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas, financiado com recursos do contrato de empréstimo nº 3127/OC-BR (BR-L1373) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com aportes do Governo do Estado de São Paulo (GESP).

Responsabilidade da Administração pela demonstração

A Administração do Programa é responsável pela preparação e adequada apresentação desta demonstração contábil de acordo com a base contábil de recebimentos e pagamentos descrita na Nota Explicativa nº 4 e com os termos do contrato de empréstimo nº 3127/OC-BR (BR-L1373) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Isso inclui determinar que a base contábil de recebimentos e pagamentos é uma base aceitável para a elaboração da demonstração contábil nas circunstâncias, assim como para os controles internos que a Administração determinou serem necessários para permitir a elaboração da demonstração contábil livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erros.

Tal como descrito na Nota 4, as demonstrações de fluxos de caixa e de investimentos acumulados foram elaboradas sobre a base contábil de fundos (caixa), em conformidade com a Norma Internacional sobre relatório financeiro sobre a base contábil de fundos (caixa). A base contábil de fundos reconhece as transações e os fatos somente quando os recursos (incluindo o equivalente aos fundos) são recebidos ou pagos pela Entidade e não quando resultam, auferem ou se originam de direitos ou obrigações, ainda que não se tenha produzido uma movimentação de fundos (caixa).

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre a demonstração contábil de recebimentos e pagamentos com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e requisitos específicos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que a demonstração contábil de recebimentos e pagamentos está livre de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados na demonstração contábil de recebimentos e pagamentos. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante na demonstração contábil, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na avaliação de riscos, o Auditor considera os controles internos relevantes adotados pela Unidade Gestora do Projeto, para a elaboração e adequada apresentação da demonstração contábil de recebimentos e pagamentos para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação da demonstração contábil de recebimentos e pagamentos tomada em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria.

Opinião

Em nossa opinião, a demonstração contábil acima referida apresenta adequadamente, em todos os aspectos relevantes, os recebimentos e os pagamentos do Programa "Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo" para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2015 de acordo com a base contábil de recebimentos e pagamentos descrita na Nota Explicativa nº 4.

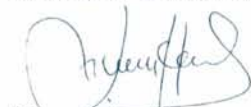
Outros assuntos

a) Relatório sobre outros requisitos legais e/ou regulatórios

Não foram observadas situações que indiquem o descumprimento das cláusulas financeiras do contrato de empréstimo nº 3127/OC-BR (BR-L1373) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) durante o período submetido à nossa auditoria.

São Paulo, 25 de abril de 2016.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SPO15199/O-6



Alexandre Hoeppers
Contador CRC-SC021011/O-3



SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS

**B) Demonstrações financeiras auditadas
do programa**

1. DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA



Elaborado em: 15/04/2016 (Ref. 31/12/2015)

Valores em US \$

CONCEITO	PERÍODO FINALIZADO EM 31/12/2015 (2015)			PERÍODO FINALIZADO EM 31/12/2014 (2014)		
	BID	GESP	TOTAL	BID	GESP	TOTAL
A) RECURSOS RECEBIDOS						
A.1) Acumulado no início do período	-	-	-	-	-	-
A.2) Durante o período (Total de recursos recebidos)	123.759.762,01	-	123.759.762,01	-	-	-
A.2.1) Desembolsos (Antecipações/Fundo Rotativo, reembolsos, pagto diretos)	120.963.000,00	-	120.963.000,00	-	-	-
A.2.2) Juros recebidos	2.796.762,01	-	2.796.762,01	-	-	-
A.2.3) Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-
A.2.4) Outros (detalhar)	-	-	-	-	-	-
Total de Recursos Recebidos	123.759.762,01	-	123.759.762,01	-	-	-
B) DESEMBOLSOS EFETUADOS						
B.1) Acumulado no início do período	-	-	-	-	-	-
B.2) Durante o período	90.549.902,35	-	90.549.902,35	-	-	-
B.2.1) Solicitação/Justificativa de desembolso apresentada ao BID	31.664.792,83	-	31.664.792,83	-	-	-
B.2.2) Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-
B.2.3) Pagtos por Bens e Serviços Pendentes de comprovação/Justificativa	58.885.109,52	-	58.885.109,52	-	-	-
B.2.4) Outros (detalhar)	-	-	-	-	-	-
Total Desembolsado	90.549.902,35	-	90.549.902,35	-	-	-
C) RECURSOS DISPONÍVEIS AO FINAL DOS PERÍODOS	33.209.859,66	-	33.209.859,66	-	-	-

As notas anexas fazem parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

Demonstrativo de Fluxo de Caixa (Continuação)

Elaborado em: 15/04/2016 (Ref. 31/12/2015)

BRASIL

Programa de Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo
Contrato de Empréstimo 3127/OC-BR (BR-11373) - Fase I
DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA (VALORES EM US \$)



Valores em US \$

QUADRO AUXILIAR: INTERNALIZAÇÃO DE RECURSOS



DATA	FECHAMENTO DE CÂMBIO (INTERNACIONALIZAÇÃO DE RECURSOS)		
	VALORES EM US\$	TAXA CAMBIAL	VALORES EM R\$
09/05/2015	34.873.000,00	2,9985	104.566.690,50
14/09/2015	86.090.000,00	3,9750	342.207.750,00
TOTAL 2015	120.963.000,00		446.774.440,50


RICARDO CATIN
COORDENADOR-GERAL

UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS RODOMIÁRIOS


PEDRO PAIMOS
Chefe de Unidade

2. DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS ACUMULADOS

BRASIL														
Programa de Investimentos Rodoviários do Estado de São Paulo														
Contrato de Empileamento 3127/OC-MI (BR-11378) - Fase I														
DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS ACUMULADOS (VALORES EM US \$)														
ITEM	ORÇAMENTO VIGENTE			ACUMULADO EXERCÍCIO DE 2014			MOVIMENTO DO EXERCÍCIO DE 2015			ACUMULADO DO EXERCÍCIO DE 2015			DISPONÍVEL PARA APLICAÇÃO	
	BID	GESP	TOTAL	BID	GESP	TOTAL	BID	GESP	TOTAL	BID	GESP	TOTAL	BID	GESP
I Engenharia e Administração	14.618.610,00	3.134.290,00	17.752.900,00	-	-	-	1.868.286,70	-	1.868.286,70	1.868.286,70	-	1.868.286,70	12.790.321,30	3.134.290,00
1.1 Estudos e Projetos	-	1.500.000,00	1.500.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.500.000,00	1.500.000,00
1.2 Administração, avaliação e monitoramento	14.348.610,00	1.594.290,00	15.942.900,00	-	-	-	1.868.286,70	-	1.868.286,70	1.868.286,70	-	1.868.286,70	12.480.321,30	1.594.290,00
1.3 Auditoria Financeira	270.000,00	30.000,00	300.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	270.000,00	30.000,00
II Obras e Supervisão de Obras	461.466.390,00	202.440.710,00	663.907.100,00	-	-	-	88.681.615,65	-	88.681.615,65	88.681.615,65	-	88.681.615,65	372.784.774,35	202.440.710,00
2.1 Realização de estradas	433.021.890,00	198.880.210,00	631.902.100,00	-	-	-	83.812.425,01	-	83.812.425,01	83.812.425,01	-	83.812.425,01	348.209.664,99	198.880.210,00
2.2 Supervisão técnica de obras	78.244.500,00	3.160.500,00	81.405.000,00	-	-	-	4.869.190,64	-	4.869.190,64	4.869.190,64	-	4.869.190,64	23.375.309,36	3.160.500,00
2.3 Auditoria de Segurança Viária	200.000,00	-	200.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	200.000,00	-
2.4 Mitigação de Impactos Socioambientais	-	400.000,00	400.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	400.000,00	400.000,00
III Apoio ao desenvolvimento do planejamento logístico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
III Fortalecimento Institucional	4.050.000,00	400.000,00	4.500.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.050.000,00	400.000,00
TOTALS	485.135.000,00	256.015.000,00	686.150.000,00	-	-	-	90.549.902,35	-	90.549.902,35	90.549.902,35	-	90.549.902,35	383.585.097,65	256.015.000,00
PORCENTAGEM DE EXECUÇÃO										13%	-	-	13%	-
As notas anexas fazem parte integrante destas Demonstrações Financeiras.														
<div><div></div><div>CARLOS PAMPAS</div></div> <div><div></div><div>RUBENS CAHIN</div></div>														

UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS RODOVIÁRIOS



**SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM**

**C) NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS DO PROGRAMA**



SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

1. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

1.1 OBJETIVOS

O Programa de Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo, Fase I (Empréstimo nº 3127/OC-BR) e Fase II (Empréstimo nº 3276/OC-BR), prevê a restauração de aproximadamente 1.300 km de rodovias do Estado de São Paulo, com o objetivo fim de melhorar as condições do sistema rodoviário e a logística de integração com os demais modais de transporte destinado à exportação de produtos e mercadorias, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do Estado de São Paulo. O propósito principal é reduzir o custo de transporte, melhorar a trafegabilidade e aumentar a segurança de trânsito na malha rodoviária sob a responsabilidade do DER/SP. Isto se dará mediante a realização de obras em parte significativa das rodovias que se encontram em más ou péssimas condições de uso.

O Programa terá como objetivos específicos a recuperação e ampliação da capacidade da malha rodoviária estadual, contemplando os seguintes serviços:

- ✓ reconstrução das faixas existentes, aumento da capacidade das rodovias através de duplicação ou implantação de terceiras faixas;
- ✓ implantação ou recuperação de acostamentos pavimentados;
- ✓ implantação ou remodelação da geometria de dispositivos de acesso e retorno, tanto em nível como em desnível;
- ✓ recuperação, alargamento e construção de obras de arte (pontes, viadutos e passarelas);
- ✓ revisão do sistema de drenagem; implantação de ciclovia e passeio de pedestres;
- ✓ implantação de sinalização definitiva.

Na Fase II estão previstas obras de duplicação de rodovias em alguns trechos selecionados.

1.2. COMPONENTES

O custo total estimado do Projeto é US\$ 686.150.000,00 (seiscentos e oitenta e seis milhões, cento e cinquenta mil Dólares), o qual será financiado com US\$ 480.135.000,00 (quatrocentos e oitenta milhões, cento e trinta e cinco mil Dólares) do capital ordinário do BID e US\$ 206.015.000,00 (duzentos e seis milhões e quinze mil Dólares) de contrapartida local, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Componente	Custo (em US\$)		
	Total	BID	Local
1. Engenharia e Administração	17.742.900,00	14.618.610,00	3.124.290,00
1.1 Estudos e Projetos	1.500.000,00	-	1.500.000,00
1.2 Administração, avaliação e monitoramento	15.942.900,00	14.348.610,00	1.594.290,00
1.3 Auditoria Financeira	300.000,00	270.000,00	30.000,00
2. Obras e supervisão de obras	663.907.100,00	461.466.390,00	202.440.710,00
2.1. Reabilitação de estradas	631.902.100,00	433.021.890,00	198.880.210,00
2.2. Supervisão técnica de obras	31.405.000,00	28.244.500,00	3.160.500,00
2.3. Auditoria de segurança viária	200.000,00	200.000,00	-
2.4. Mitigação de impactos socioambientais	400.000,00	-	400.000,00
3. Fortalecimento institucional	4.500.000,00	4.050.000,00	450.000,00
Total	686.150.000,00	480.135.000,00	206.015.000,00



SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

2. ASPECTOS ADMINISTRATIVOS

A execução do Programa, no que diz respeito aos componentes relativo à recuperação de rodovias, estará a cargo da Secretaria Estadual de Logística e Transporte, por intermédio do DER/SP, que deve executar, no âmbito de suas funções direta ou indiretamente, sob sua responsabilidade, as obras, serviços e demais atividades necessárias e suficientes para a consecução dos projetos.

Para a consecução de suas funções, o DER/SP foi autorizado a firmar contratos com entidades privadas e celebrar convênios e acordos de delegação de encargos com entidades de direito público.

A estrutura administrativa do DER/SP está composta de organismos colegiados, Unidades Administrativas Superiores e Unidades de Assessoramento. Os Órgãos Colegiados são o Conselho Consultivo e a Comissão de Transporte Coletivo.

As Unidades Administrativas Superiores abrangem a Superintendência, o Gabinete, a Procuradoria Jurídica, a Auditoria e as Diretorias (de Administração, de Contabilidade e Finanças, de Engenharia, de Operações, de Planejamento e a Coordenadoria de Operações).

A UCPR – Unidade de Coordenação de Programa Rodoviários está diretamente subordinada à Diretoria de Planejamento, conforme se observa no organograma apresentado na sequência. Todas as obras do Programa serão executadas por empresas construtoras privadas.

A supervisão de obras e a execução dos estudos e serviços de assistência técnica e supervisão ambiental do Programa estarão a cargo de empresas de consultoria ou consultores independentes, conforme o caso, que serão contratadas pelo DER/SP seguindo os procedimentos do **BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento**.

O DER/SP assumirá a responsabilidade pela administração desses contratos e a fiscalização dos serviços dessas empresas de consultoria. A capacidade e a experiência deste organismo com o apoio previsto de uma gerenciadora são suficientes para cumprir essa função.

2.1. UNIDADE DE GERENCIAMENTO DO PROGRAMA

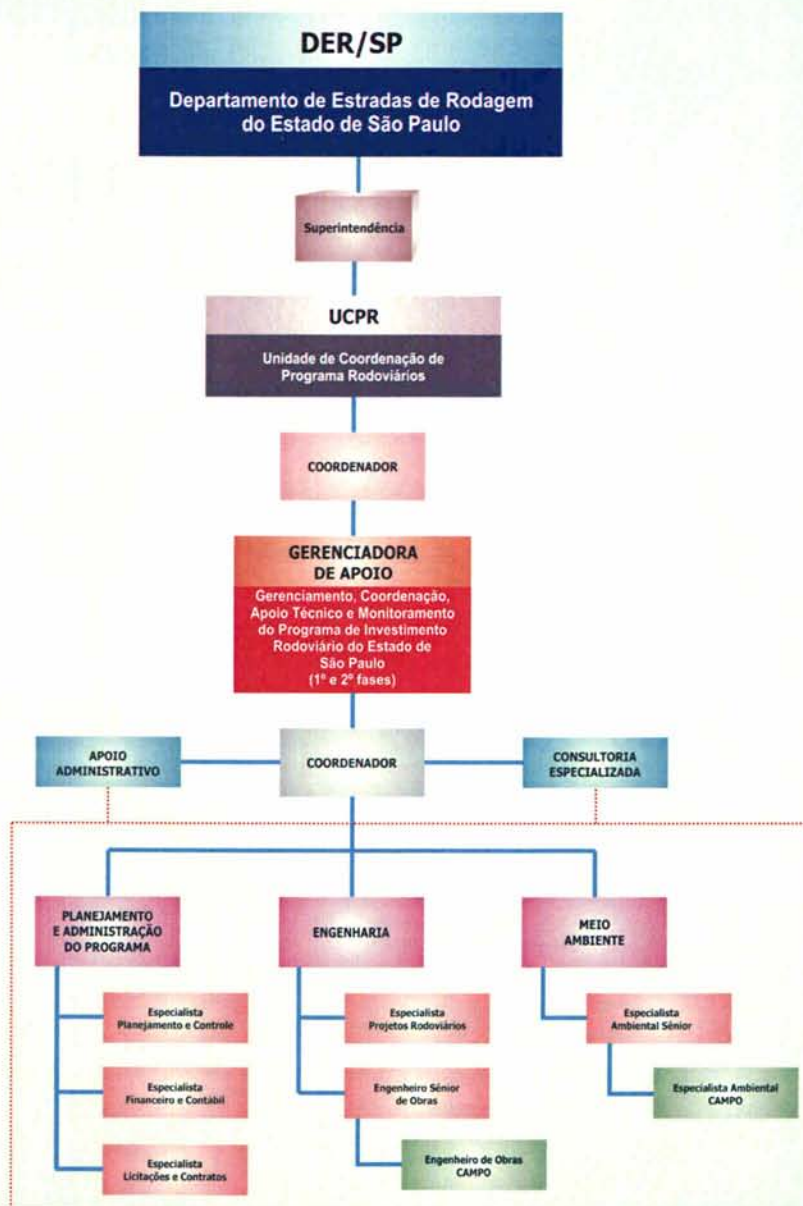
A UCPR foi instituída pela Superintendência do DER/SP através da Portaria SUP/DER-058 de 01/09/2015, sendo indicado para presidir a Unidade instituída o **Engenheiro Rubens Cahin**.



SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

2.2. ARRANJO INSTITUCIONAL

A seguir é apresentada a estrutura organizacional para o Gerenciamento, demonstrando o inter-relacionamento entre as áreas envolvidas no desenvolvimento do Programa.





SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

2.3. CONVÊNIOS FIRMADOS CONFORME EXIGENCIA DO CONTRATO

Em 21/11/2014 foi firmado entre o Governo do Estado de São Paulo, representado pela Secretaria de Logística e Transportes, e o Departamento de Estradas de Rodagem – DERSP, o Convênio de Execução do Programa nº 5727, nos termos da Cláusula 3.02a do contrato de empréstimo.

3. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO

3.1. CONTRATO nº 3127/OC-BR

O contrato de financiamento foi assinado entre o Governo do estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID em 25/06/2014.

3.2. PROPOSTA DE REMANEJAMENTO DE RECURSOS

Não houve proposta de remanejamento de recursos entre componentes até o momento.

3.3. INSTRUMENTO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Não houve instrumento de alteração contratual até o momento.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

4.1. BASE DE CONTABILIDADE DE CAIXA

As demonstrações contábeis foram elaboradas sobre a base contábil de caixa, registrando-se as receitas quando do recebimento dos fundos (recursos) e reconhecendo-se as despesas quando estas efetivamente representam despesas pagas em dinheiro (caixa). Esta prática contábil difere das NICSP – Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público, segundo as quais as transações devem ser registradas na medida em que incorrerem, e não quando de seu pagamento.



SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

4.2. UNIDADE MONETARIA

Os registros do Programa são feitos em moeda local e em dólares dos Estados Unidos. Para o cálculo da equivalência em dólares dos Estados Unidos da América, do recurso recebido em moeda nacional na conta específica do banco comercial, utiliza-se a taxa de câmbio vigente na data do pagamento, conforme definido no Contrato de Empréstimo.

A diferença de câmbio gerada entre a aplicação da taxa de câmbio no recebimento dos recursos e a taxa de câmbio utilizada para a conversão dos pagamentos dos gastos elegíveis em moeda local é registrada, contabilmente, como diferença de câmbio a débito: (i) do financiamento do Banco, (ii) da contrapartida local ou (iii) de outras fontes.

5. CONTAS DO PROGRAMA

As contas bancárias do Programa são:

- Conta Especial: Para crédito dos desembolsos em US Dólares Norte Americanos;
- Conta Operativa: Para crédito em Reais, após operação cambial, dos valores creditados na conta especial.

6. FUNDOS DISPONÍVEIS

Os fundos disponíveis em 31 de dezembro estão depositados nas contas bancárias do Programa e incluem as receitas geradas por juros e eventuais ganhos cambiais.

6.1. RECURSOS DISPONÍVEIS NAS CONTAS DO PROGRAMA E DO GOVERNO

Exercido de 2014 (disponível em 31/12/2014, sem rendimentos)

- Conta Especial: 0,00
- Conta Operativa: 0,00

Exercido de 2015 (disponível em 31/12/2015, sem rendimentos)

- Conta Especial: 0,00
- Conta Operativa: US\$ 30.413.097,65

Ressalta-se que o saldo disponível na Conta Especial é obtido por extratos bancários e expressam os valores solicitados ao Banco (Solicitação de Desembolso) e recursos internalizados (Fechamento de Câmbio). O saldo disponível na Conta Operativa é obtido por extrato contábil fornecido pela Diretoria Orçamentária e Financeira do Departamento.



SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

6.2. RECEITAS PROVENIENTES DE JUROS

Foram registradas receitas provenientes de juros de aplicação automática, totalizando:

2015: Em RS 10.919.118,22 na Conta Operativa equivalente a US\$ 2.796.762,01 (taxa cambial de 31/12/2015, 3,9042).

6.3. VARIAÇÃO POR DIFERENÇA CAMBIAL

As variações por diferença cambial ocorrem devido à diferença entre as taxas cambiais referentes à data de internalização de recursos (Fechamento de Câmbio) e a data efetiva de pagamento das despesas.

Ressalta-se que as variações supracitadas são analisadas e estabelecidas durante a elaboração de Prestações de Contas (Justificativa), momento no qual são confrontados os recursos internalizados, o saldo disponível nas Contas Especial e Operativa, bem como os pagamentos efetuados, convertidos para US\$ na data efetiva de pagamento das despesas.

→ Foram apuradas perdas cambiais no valor de US\$ 2.353.709,65, excluindo-se os juros, conforme abaixo demonstrado:

CONTRATO DE EMPRÉSTIMO BID 3127/OC-BR		
OPERAÇÃO	VALORES US\$	VALORES R\$
ADIANTAMENTO Nº 1	34.873.000,00	104.566.690,50
ADIANTAMENTO Nº 2	86.090.000,00	342.207.750,00
JUSTIFICATIVA Nº 3	(31.664.792,83)	(106.304.767,18)
SALDO DOCUMENTADO	89.298.207,17	340.469.673,32
PAGAMENTOS NÃO JUSTIFICADOS	(58.885.109,52)	(230.920.210,68)
SALDO OPERACIONAL (SEM RENDIMENTOS) EM 31/12/2015	30.413.097,65	109.549.462,64
SALDO BANCÁRIO 31/12/2015	28.059.388,00	109.549.462,64
RESULTADO CAMBIAL 31/12/2015	(2.353.709,65)	-



SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

7. ADIANTAMENTOS E JUSTIFICATIVAS

A modalidade de desembolso utilizada pelo Contrato de Empréstimo nº 3127/OC-BR é “Adiantamento de Recursos”.

Exercício de 2015: Foram realizadas três solicitações ao BID, sendo duas referentes a Adiantamentos de Recursos (Solicitação de Desembolso) e uma referente à Prestação de Contas (Justificativa), conforme discriminado abaixo:

- Solicitação 1 - Adiantamentos de Recursos: US\$ 34.873.000,00, em 23/04/2015;
- Solicitação 2 - Adiantamentos de Recursos: US\$ 86.090.000,00, em 08/09/2015;
- Solicitação 3 - Prestação de Contas: US\$ 31.664.792,83, em 08/09/2015.

8. PAGAMENTOS PENDENTES DE COMPROVAÇÃO

Exercício de 2015

- Em 31 de dezembro de 2015 o montante utilizado para pagamento de medições pendentes de justificativa foi de R\$ 230.920.210,68 (recursos BID) equivalentes a US\$ 58.885.109,52 (aplicando a taxas cambiais referentes às datas de pagamento).

Não há importância correspondente a gastos não elegíveis ao Programa.

9. FUNDOS DE CONTRAPARTIDA NACIONAL

Exercício de 2015

- Até 31 de dezembro de 2015 o Governo não havia contribuído com a contrapartida.

10. AQUISIÇÕES

10.1. Plano de Aquisições

O Plano de Aquisições do Programa de Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo – BID IV, que cobre o período de abril 2014 a junho de 2019, foi acordado entre o Banco e o Departamento de Estradas de Rodagem – DER/SP. O Plano de Aquisições vigente elaborado pelo DER, ainda não obteve resposta e aprovação pelo BID.



**SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM**

10.2. Quadro resumo de aquisições

O Quadro resumo de aquisições apresentado abaixo demonstra a posição das contratações na data de elaboração das Notas Explicativa às Demonstrações Financeiras.

Nº	Descrição do Contrato	Custo Estimado (1000) (US\$ =R\$ 2,30)	Método Aquisição (1)	Revisão (2)	Fonte		Datas Estimadas		Status (3)	Comentário
					BID (%)	Local (%)	Publicação Anúncio	Término Contrato		
1. BENS										
	Não está prevista a aquisição de bens									
SUBTOTAL DE BENS		0,00								
2. OBRAS										
2.1	Obras de Recuperação em Rodovias – grupo I	67.000,00	LPI	EXA	70	30	mar-14	ago-15	EP	
2.2	Obras de Recuperação em Rodovias – grupo II	257.000,00	LPI	EXA	70	30	abr-14	set-15	P	
2.3	Obras de Recuperação em Rodovias – grupo III	234.000,00	LPI	EXA	70	30	mai-14	out-15	P	
2.4	Obras de Recuperação em Rodovias – grupo IV	70.000,00	LPI	EXA	70	30	nov-14	abr-16	P	
SUBTOTAL DE OBRAS		628.000,00								
3. SERVIÇOS DE CONSULTORIA										
3.1	Gerenciamento e Apoio Técnico	18.100,00	SBQ	EXA	90	10	mar-14	ago-19	EP	
3.2	Supervisão Técnica das Obras	31.407,00	SBQC	EXA	90	10	dez-13	abr-16	EP	
3.3	Auditoria Contábil do Programa	300,00	SBQC	EXA	100	0	ago-14	jul-19	P	
3.4	Consolidação das estratégias setoriais, prioritariamente as de transporte metropolitano e macrometropolitano de passageiros e de logística de cargas – PAM-TL.	8.500,00	SBQC	EXA	90	10	abr-14	mar-16	P	
3.5	Capacitação em Auditoria	100,00	SBQC	EXP	0	100	set-14	ago-15	P	
SUBTOTAL DE CONSULTORIA		58.407,00								
4. SERVIÇOS TÉCNICOS (Serviços que não São de Consultoria)										
	Não está prevista a aquisição de serviços técnicos									
SUBTOTAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS		0,00								
VALOR TOTAL		686.407,00								
PERCENTUAL (%) POR FONTE		100,00				72	28			



SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

11. RECURSOS A SEREM APLICADOS

11.1. Plano de Execução do Projeto

O custo total original do Projeto foi estimado em US\$ 686.150.000,00 (seiscentos e oitenta e seis milhões, cento e cinquenta mil dólares americanos).

11.2. Composição Financeira

O Financiamento do US\$ 686.150.000,00 é composto por recursos externos oriundos do Empréstimo (US\$ 480.135.000,00) e por contrapartida (US\$ 206.015.000,00), esta última proveniente de recursos do Estado de São Paulo.

11.3. Prazo de Execução

As ações do projeto, em sua totalidade, deverão ser implementadas em 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de assinatura do Contrato de Empréstimo.

A seguir são apresentados todos os aspectos financeiros do Projeto, no que diz respeito à utilização de recursos efetuados por fonte de financiamento e por categoria de inversão, constando também os valores vigentes em conformidade o Contrato de Empréstimo assinado com o Banco.

12. Conciliação entre recursos recebidos ('Solicitações de Desembolso') e 'Demonstrativo de Investimentos Acumulados'

Valores em US \$

DESCRIÇÃO	BID	LOCAL	TOTAL
Demonstração de Fluxos de Caixa (Desembolsos Efetuados/Gastos)	90.549.902,35	-	90.549.902,35
Demonstrativo de Investimentos	90.549.902,35	-	90.549.902,35
Diferença	-	-	-



SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

13. Conciliação entre “Fluxo de Caixa” e “WLMS” (Relatório BID)

Valores em US \$

Categorias de Inversão	Demonstração de Investimentos	WLMS-1	Diferença
		“Disbursed Amount”	
1. Engenharia e Administração	1.868.286,70	1.074.047,18	794.239,52
1.1 Estudos e Projetos	-	-	-
1.2 Administração, Avaliação e Monitoramento	1.868.286,70	1.074.047,18	794.239,52
2. Obras e Supervisão de Obras	88.681.615,65	30.590.745,65	58.090.870,00
2.1 Reabilitação de Estradas	83.812.425,01	28.420.185,28	55.392.239,73
2.2 Supervisão Técnica de Obras	4.869.190,64	2.170.560,37	2.698.630,27
Total	90.549.902,35	31.664.792,83	58.885.109,52

A diferença refere-se aos pagamentos de bens e serviços pendentes de comprovação para o BID conforme nota explicativa 8 (oito).

14. Conciliação entre “Recursos Recebidos” e “WLMS” (Relatório BID).

DESCRIÇÃO	TOTAL USS
Demonstração de Fluxos de Caixa (Recursos Recebidos: Desembolsos + FIV)	120.963.000,00
WLMS - 1 (“Disbursed Life”)	120.963.000,00
Diferença	-

15. CONTIGÊNCIAS

Não houve contingência até a data de 31/12/2015.

16. Eventos Subsequentes

Não houve eventos significativos que implicassem na apresentação das demonstrações financeiras relacionadas ao programa.

**Cláusulas Contratuais de Caráter Contábil
e Financeiro e do Regulamento
Operacional**

**Programa de Investimento Rodoviário do
Estado de São Paulo - Fase I - 3127/OC-BR**

31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2015

Relatório dos auditores independentes sobre o cumprimento das cláusulas contratuais de caráter contábil e financeiro e do regulamento operacional do programa

Aos
Administradores do
Programa de Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo - Fase I - 3127/OC-BR
São Paulo - SP

Procedemos à auditoria das Demonstrações de Fundos e de Desembolsos Efetuados, referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2015, do Programa de Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo elaboradas pelo Departamento Estradas e Rodagens do Estado de São Paulo e emitimos nosso relatório correspondente ao mesmo, com data de 25 de Abril de 2016.

Nossa auditoria foi direcionada para a verificação do adequado cumprimento das cláusulas contratuais relacionadas diretamente aos assuntos contábeis e financeiros estabelecidos nas disposições especiais e nas normas gerais do contrato de empréstimo Nº 3127/OC-BR, celebrado entre o Governo do Estado de São Paulo ("GESP") e o Banco Interamericano de Desenvolvimento ("BID"). Além disso, nossos trabalhos também objetivavam verificar o adequado cumprimento das especificações do Regulamento Operacional do Programa, aplicável em 31 de dezembro de 2014 e 2015.

Examinamos: (i) as disposições especiais descritas nos capítulos I, II, III, IV, V, VI e VII; (ii) os artigos nº 1.01, 2.01, 3.01, 3.02, 3.03, 3.04, 3.05, 3.06, 3.07, 3.08, 3.09, 3.10, 3.11, 3.12, 4.01, 4.02, 4.03, 4.04, 4.05, 4.06, 4.07, 4.08, 4.09, 4.10, 4.11, 4.12, 4.13, 5.01, 5.02, 5.03, 5.04, 5.05, 5.06, 5.07, 5.08, 5.09, 5.10, 5.11, 5.12, 5.13, 6.01, 6.02, 6.03, 6.04, 6.05, 6.06, 7.01, 7.02, 7.03, 7.04, 8.01, 8.02, 8.03, 8.04, 9.01, 9.02, 10.01, 10.02, 10.03, 10.04, 10.05 e 10.06 descritos nas normas gerais nos capítulos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X; (iii) as disposições estabelecidas no Regulamento Geral do Programa. As cláusulas acima mencionadas nesse parágrafo encontram-se descritas e comentadas no Anexo I desse relatório.

Realizamos nossa auditoria em conformidade com as normas internacionais de auditoria e de acordo com os requisitos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Essas normas exigem o devido planejamento e execução da auditoria, para que possamos obter uma certeza razoável de que a Entidade cumpriu as cláusulas pertinentes ao contrato de empréstimo, da Lei de Licitações 8.666/1993 e dos regulamentos aplicáveis, bem como as disposições contidas no Regulamento Operacional do Programa. A auditoria inclui o exame, baseado em amostras, das evidências julgadas por nós apropriadas. Assim, consideramos que nossa auditoria oferece uma base razoável para nossa opinião.



Em nossa opinião, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2015, a Entidade cumpriu, em todos os seus aspectos substanciais, as cláusulas contratuais aplicáveis, de caráter contábil e financeiro, do Contrato de Empréstimo Nº 3127/OC-BR, para o Programa de Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo, bem como da Lei de Licitações 8.666/1993 e os regulamentos aplicáveis e o Manual Operativo do Programa.

Cabe destacar que nosso relatório destina-se exclusivamente para utilização e informação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

São Paulo, 25 de abril de 2016.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Alexandre Hoeppers', is placed above the printed name.

Alexandre Hoeppers
Contador CRC-SC021011/O-3

Programa de Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo - Fase I - 3127/OC-BR

Cláusulas Contratuais do Programa

31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2015

Anexo I

Apresentamos, a seguir, nossas observações quanto à aplicação dos procedimentos de revisão do cumprimento de cláusulas contratuais de caráter contábil-financeiro, referente ao contrato nº 3127/OC-BR.

A) Disposições especiais - Capítulo I: Empréstimo

1. Cláusula 1.01 - Valor e Moeda de Aprovação do Empréstimo

Sem comentários adicionais. Refere-se ao valor e moeda do empréstimo.

2. Cláusula 1.02 - Solicitação de desembolsos e moeda de desembolsos

Todos os desembolsos solicitados foram efetuados em dólar dos EUA no período.

3. Cláusula 1.03 - Disponibilidade de moeda

Os valores disponibilizados e aportados no Programa foram realizados em dólar dos EUA, conforme previsto contratualmente.

4. Cláusula 1.04 - Prazo para desembolsos

Não houve alteração no prazo dos desembolsos.

5. Cláusula 1.05 - Cronograma de Amortização

Não houve alteração no cronograma de amortização. A primeira parcela será paga no dia 15 de outubro de 2019, de acordo com o disposto no artigo 3.01 das Normas Gerais, e a última até o dia 15 de abril de 2039.

6. Cláusula 1.06 - Juros

Os Juros serão pagos semestralmente nos dias 15 dos meses de abril e outubro, a partir de 15 de 2014 sobre os saldos devedores diários. Neste sentido, verificamos os pagamentos a partir de 2014 até a data base 31/12/15, a primeira solicitação de desembolso ocorreu em 23/04/2015, desta maneira segue o valor de juros pago sobre o saldo devedor e data da liquidação:

Vencimento em 15/10/2015 e pagamento em 13/10/2015 - US\$191.543,34.

Programa de Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo - Fase I - 3127/OC-BR

Cláusulas Contratuais do Programa

31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2015

A) Disposições especiais - Capítulo I: Empréstimo--Continuação

7. Cláusula 1.07 - Comissão de Crédito

O Mutuário pagará uma Comissão de Crédito em um percentual que será estabelecido pelo Banco periodicamente, como resultado de sua revisão de encargos financeiros, em conformidade com as disposições aplicáveis da política do Banco sobre metodologia para o cálculo de encargos para empréstimos do capital ordinário e que não poderá exceder o percentual previsto no Artigo 3.04 das Normas Gerais. O percentual aplicável para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2015 foi de 0,75%.

Assim, verificamos que desde os exercícios de 2014 até a data base 31/12/2015 foram realizados os seguintes pagamentos relacionados à referida comissão de crédito:

- Vencimento em 15/10/2014 e pagamento em 13/10/2014 - US\$171.006,99
- Vencimento em 15/04/2015 e pagamento em 13/04/2015 - US\$598.524,45
- Vencimento em 15/10/2015 e pagamento em 13/10/2015 - US\$561.446,36

8. Cláusula 1.08 - Recursos para Inspeção e Supervisão

Durante o exercício de 2014 e 2015, a Unidade de Coordenação de Programa Rodoviários - UCPR não recebeu notificações do Banco sobre despesas de supervisão e inspeção gerais.

9. Cláusula 1.09 - Conversão

Até a presente data, a Entidade não optou em solicitar a conversão do Desembolso, taxa de juros e/ou do saldo devedor do empréstimo de Dólares ("USD") para Reais ("BRL").

B) Disposições especiais - Capítulo II: Custo do Projeto e Recursos Adicionais

10. Cláusula 2.01 - Custo do projeto

O custo total do Programa foi estimado em US\$686.150.000 (seiscentos e oitenta e seis milhões, cento e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América). Não houve alteração do custo do projeto.

11. Cláusula 2.02 - Recursos adicionais

O valor dos recursos adicionais que o Mutuário se comprometeu a fornecer oportunamente para a completa e ininterrupta execução do Programa foi estimado em quantia equivalente a US\$206.015.000 (duzentos e seis milhões e quinze mil dólares dos Estados Unidos da América). Não houve alteração do recurso adicional.

Programa de Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo - Fase I - 3127/OC-BR

Cláusulas Contratuais do Programa

31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2015

C) Disposições especiais - Capítulo III: Uso dos Recursos do Empréstimo

12. Cláusula 3.01 - Utilização dos recursos do Empréstimo

Com base nos procedimentos executados, não identificamos pagamentos de bens e serviços que não sejam originários dos países membros do BID.

13. Cláusula 3.02 - Condições especiais prévias ao primeiro desembolso

O primeiro desembolso dos recursos do Financiamento está condicionado a que se cumpram, de forma que o Banco considere satisfatória, além das condições prévias estipuladas no Artigo 4.01 das Normas Gerais, os seguintes requisitos, os quais foram cumpridos de forma satisfatória:

Requisitos	Data
A. Entrega ao Banco dos pareceres jurídicos fundamentados com indicação das disposições constitucionais, jurídicas e regulamentares pertinentes.	26/01/2014
B. Designação do representante para todos os atos do contrato.	26/01/2014
C. Demonstração de recursos suficientes para atender pelo menos durante o primeiro ano civil, à execução do Projeto, de acordo com o cronograma de investimentos.	26/01/2014
D. Apresentação ao Banco de um relatório inicial que compreenda (i) um plano de execução do Projeto que inclua, quando não se tratar de um programa de concessão de créditos, os planos e especificações; (ii) calendário ou cronograma do trabalho; (iii) quadro de origem e aplicação dos recursos que constem cronogramas pormenorizados de investimentos; (iv) relatório de progresso a que se refere o artigo 8.03 das Normas Gerais.	26/01/2014
E. Demonstração ao Banco que conta com um sistema de informação financeira e uma estrutura de controles internos adequados para os propósitos indicados no contrato.	26/01/2014

14. Cláusula 3.03 - Reembolso de despesas a débito do Empréstimo

Não ocorreram reembolsos de despesas efetuadas e reconhecidas a débito do Financiamento no período em análise.

15. Cláusula 3.04 - Prazos para o início material das obras

O prazo para o início material das obras compreendidas será de 3 (três anos) a partir da entrada em vigor do contrato assinado em 25 de junho de 2014. Com base nos procedimentos executados, não identificamos divergências em relação esta cláusula.

Programa de Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo - Fase I - 3127/OC-BR

Cláusulas Contratuais do Programa

31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2015

C) Disposições especiais - Capítulo III: Uso dos Recursos do Empréstimo--
Continuação

16. Cláusula 3.05 - Taxa de Câmbio

A Gestora do Programa utilizou a taxa de câmbio vigente no país na data efetiva em que a despesa foi incorrida.

D) Disposições especiais - Capítulo IV: Execução do Projeto

17. Cláusula 4.01 - Contratação de obras e serviços diferentes de consultoria e aquisição de bens

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2015, conforme testes amostrais realizados, a aquisição de bens e contratação de obras e serviços não apresentaram desvios ou não conformidades com o estabelecido na presente cláusula.

18. Cláusula 4.02 - Manutenção

Não é aplicável ao estágio de execução do Programa. As obras relacionadas ao programa de investimento rodoviário do Estado de São Paulo não foram concluídas até 31 de dezembro de 2015.

19. Cláusula 4.03 - Aspectos ambientais

A Gestora do Programa observou a legislação ambiental brasileira e políticas ambientais e sociais do Banco.

20. Cláusula 4.04 - Reconhecimento de despesas a débito da contrapartida local

Não se aplica ao período em análise.

21. Cláusula 4.05 - Seleção e contratação de serviços de consultoria

Para o exercício findo em 31 de dezembro 2014 31 de dezembro de 2015, conforme testes amostrais realizados, a seleção e contratação de consultores não apresentam desvios ou não conformidade com o estabelecido na presente cláusula.

22. Cláusula 4.06 - Atualização do Plano de Aquisições

Até a presente data, não houve atualização do plano de aquisições.

Programa de Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo - Fase I - 3127/OC-BR

Cláusulas Contratuais do Programa

31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2015

D) Disposições especiais - Capítulo IV: Execução do Projeto--Continuação

23. Cláusula 4.07 - Relatório de avaliação

A Entidade apresentou relatório semestral do progresso do Programa de acordo com as diretrizes ajustadas com o Banco.

24. Cláusula 4.08 - Condições especiais de execução

O contrato estabelece algumas condições de execução de obras, assim, confirmamos que foram cumpridas de forma satisfatória através das verificações enviadas pelo Banco:

- (a) Apresentar comprovação da contratação da empresa gerenciadora em até 6 (seis) meses da data de vigência do contrato;
- (b) Antes do início das atividades de construção em cada segmento de obra deverá:
 - (i) Contratar o serviço de supervisão de obras;
 - (ii) Apresentar a licença de instalação correspondente a cada segmento de obra ou documento que comprove sua dispensa, bem como com as demais licenças aplicáveis;
 - (iii) Apresentar o desenvolvimento de um plano específico de reassentamento, em conformidade com o disposto na política OP-710 do Banco, para o caso das obras que o requeiram.

25. Cláusula 4.09 - Modificações no instrumento jurídico de execução

A partir da documentação suporte analisada, constatamos que até 31 de dezembro de 2015 não houve modificações no instrumento jurídico de execução.

E) Disposições especiais - Capítulo V: Supervisão

26. Cláusula 5.01 - Registros, inspeções e relatórios

O Mutuário, por meio do órgão executor do Programa, mantém registros das operações, relatórios e demonstrações financeiras de acordo com o que determina o capítulo VIII das Normas Gerais do contrato de empréstimo.

A Entidade emitiu relatórios semestrais do progresso do Programa, incluindo o Plano de Aquisição e Plano Financeiro atualizado, conforme comunicados enviados ao Banco. Ressalta-se que os relatórios semestrais referentes ao exercício de 2014 e 2015 não foram objetos de nossa auditoria.

Programa de Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo - Fase I - 3127/OC-BR

Cláusulas Contratuais do Programa

31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2015

E) Disposições especiais - Capítulo V: Supervisão--Continuação

27. Cláusula 5.02 - Supervisão da execução do Projeto

Foram enviados todos os relatórios para supervisão da execução do Programa. Além disso, a partir da análise efetuada através da documentação suporte disponibilizada, verificamos que não houve alterações nos prazos de execução dos serviços contratados e do valor estabelecido.

28. Cláusula 5.03 - Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do Programa deverão ser apresentadas ao Banco, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias do encerramento de cada exercício fiscal do Órgão Executor. Cláusula cumprida de forma satisfatória para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Para a apresentação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, devido ausência de movimentação financeira, a Entidade recebeu informe do Banco para apresentação em conjunto com as demonstrações financeiras de 2015.

F) Disposições especiais - Capítulo VI: Disposições Diversas

29. Cláusula 6.01 - Vigência do contrato

Os contratos de empréstimo e de garantia foram assinados em 25 de junho de 2014 e começou a vigorar a partir dessa data. Sem comentários adicionais.

30. Cláusula 6.02 - Extinção

O pagamento total do Empréstimo, juros e comissões dará por extinto deste Contrato e todas as obrigações dele derivadas. Sem comentários adicionais. Não é aplicável ao período em análise.

31. Cláusula 6.03 - Validade

Os direitos e obrigações estabelecidos neste Contrato são válidos e exigíveis, de acordo com os termos nele estabelecidos, sem referência a legislação de qualquer país.

Sem comentários adicionais.

**Programa de Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo - Fase I -
3127/OC-BR**

Cláusulas Contratuais do Programa

31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2015

F) Disposições especiais - Capítulo VI: Disposições Diversas--Continuação

32. Cláusula 6.04 - Comunicações

Todo aviso, solicitação ou comunicação que as partes devam enviar à outra em virtude do contrato de empréstimo firmado deverá ser feito por escrito e considerar-se-á efetuado no momento em que o documento correspondente for entregue ao destinatário conforme endereços especificados no contrato.
Sem comentários adicionais.

33. Cláusula 6.05 - Correspondências

O Banco e o Mutuário se comprometem a encaminhar à Secretaria de Assuntos Internacionais - SEAIN do Ministério do Planejamento e Orçamento e Gestão, no endereço descrito em contrato, cópia das correspondências relativas ao Programa.

Sem comentários adicionais.

G) Disposições especiais - Capítulo VII: Arbitragem

34. Cláusula 7.01 - Compromissória

Para a solução de qualquer controvérsia oriunda do presente Contrato que não seja dirimida por acordo entre as partes, estas se submetem incondicional e irrevogavelmente ao processo e sentença do Tribunal de Arbitragem a que se refere o Capítulo X das Normas Gerais.

Não temos informação sobre controvérsias oriundas do contrato submetidas ao tribunal e arbitragem referida no capítulo X das Normas Gerais.

H) Normas gerais - Capítulo I: Aplicação das normas gerais

1. Artigo 1.01 - Aplicação das normas gerais

Sem comentários adicionais. Refere-se a informações gerais do contrato.

Programa de Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo - Fase I - 3127/OC-BR

Cláusulas Contratuais do Programa

31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2015

I) Normas gerais - Capítulo II: Definições

2. Artigo 2.01 - Capítulo II: Definições

Sem comentários adicionais. Refere-se a informações gerais do contrato.

J) Normas gerais - Capítulo III: Amortização, Juros, Comissão de crédito, Inspeção e Vigilância e Pagamentos Antecipados

3. Artigo 3.01 - Datas para o pagamento da amortização e dos juros

Vide comentários das cláusulas 1.05 e 1.06 das Disposições Especiais.

4. Artigo 3.02 - Modificação do Cronograma de Amortização

Vide comentário da cláusula 1.05 das Disposições Especiais.

5. Artigo 3.03 - Juros

Vide comentários da cláusula 1.06 das Disposições Especiais do contrato.

6. Artigo 3.04 - Comissão de crédito

Vide comentário da cláusula 1.07 das Disposições Especiais do contrato.

7. Artigo 3.05 - Cálculo dos juros e da comissão de crédito

(a) Os desembolsos foram efetuados em conformidade com o estabelecido neste artigo.

(b) O Empréstimo deverá ser amortizado pelo Mutuário mediante o pagamento de prestações semestrais. A primeira prestação deverá ser paga no dia 15 de outubro de 2019, de acordo com o disposto no Artigo 3.01 das Normas Gerais, e a última até o dia 15 de abril de 2039.

(c) Vide comentário do artigo 3.06 das normas gerais do contrato.

8. Artigo 3.06 - Recursos para inspeção e supervisão

Vide comentário da cláusula 1.08 das Disposições Especiais do contrato.

**Programa de Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo - Fase I -
3127/OC-BR**

Cláusulas Contratuais do Programa

31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2015

J) Normas gerais - Capítulo III: Amortização, Juros, Comissão de crédito, Inspeção e Vigilância e Pagamentos Antecipados--Continuação

9. Artigo 3.07 - Moeda dos pagamentos de amortização, juros, comissão de crédito e quotas de inspeção e supervisão

A moeda dos pagamentos de amortização, juros, comissão de crédito e quotas de inspeção e supervisão são realizadas em Dólar Americano.

10. Artigo 3.08 - Pagamentos antecipados

Não se aplica ao período em análise.

11. Artigo 3.09 - Imputação dos pagamentos

Não houve imputação dos pagamentos e até 31 de dezembro de 2015, os pagamentos de juros e comissões foram efetuados em conformidade com as exigências do Banco.

12. Artigo 3.10 - Vencimento em dias que não sejam dias úteis

Sem comentários adicionais. Refere-se a informações gerais do contrato.

13. Artigo 3.11 - Lugar de pagamento

Os pagamentos de juros e comissões foram pagos devidamente e destinados para a conta indicada pelo BID.

14. Artigo 3.12 - Participações

Até 31 de dezembro de 2015 o Banco não cedeu a outras instituições públicas ou privadas os direitos correspondentes às obrigações pecuniárias do Mutuário provenientes deste Contrato.

K) Normas gerais - Capítulo IV: Normas relativas a desembolsos, Renúncia e Cancelamento Automático do Empréstimo

15. Artigo 4.01 - Condições prévias ao primeiro desembolso

Obtivemos o relatório técnico de janeiro de 2014 elaborado pela UCPR (Unidade de Coordenação de Programa Rodoviário) com a finalidade de prestar as informações requisitadas pelo BID com o objetivo de atender às requisições do artigo 4.01 do contrato de empréstimo. Este relatório técnico foi enviado ao BID, o qual não recebeu objeção do Banco, conforme descrito na CBR 255/2015.

**Programa de Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo - Fase I -
3127/OC-BR**

Cláusulas Contratuais do Programa

31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2015

**K) Normas gerais - Capítulo IV: Normas relativas a desembolsos, Renúncia e
Cancelamento Automático do Empréstimo--Continuação**

16. Artigo 4.02 - Prazo para cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso

As exigências foram cumpridas, antes dos 180 dias posteriores à assinatura do contrato. O Banco, através da CBR 255/2015 de 26 de janeiro de 2014, deu por cumprida todas as condições prévias para o primeiro desembolso e concedeu elegibilidade para os desembolsos dos recursos do contrato de empréstimo.

17. Artigo 4.03 - Requisitos para qualquer desembolso

- (a) Até 31 de dezembro de 2015, todos os desembolsos efetuados pelo Banco foram solicitados por escrito pela Gestora e em conformidade com as condições especificadas pelo BID. Todos os desembolsos foram efetuados em Dólar ("USD").
- (b) Todos os desembolsos foram efetuados em conta bancária específica.
- (c) Os pedidos de desembolso foram efetuados dentro do prazo estipulado nesse artigo.
- (d) Não ocorreram suspensões de desembolsos até 31 de dezembro de 2015.
- (e) O Fiador não se encontra, em 31 de dezembro de 2015, em situação de mora com relação as suas obrigações de pagamento para com o Banco.

18. Artigo 4.04 - Desembolsos para a Cooperação Técnica

Verificamos que não houve desembolso destinado ao convênio estabelecido nos requisitos nas alíneas (a) e (b) do artigo 4.01 e 4.03 das Normas Gerais.

19. Artigo 4.05 - Procedimento de desembolso

Todos os desembolsos efetuados a débito do Financiamento, até 31 de dezembro de 2015, foram realizados através da transferência, a favor do Mutuário, das quantias a que este tenha direito de acordo com este Contrato sob a modalidade de adiantamento de fundos.

20. Artigo 4.06 - Reembolso de despesas

Vide comentário da cláusula 3.03 das Disposições Especiais do contrato.

**Programa de Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo - Fase I -
3127/OC-BR**

Cláusulas Contratuais do Programa

31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2015

**K) Normas gerais - Capítulo IV: Normas relativas a desembolsos, Renúncia e
Cancelamento Automático do Empréstimo--Continuação**

21. Artigo 4.07 - Adiantamento de fundos

- (a) Todos os desembolsos efetuados a débito do Financiamento, até 31 de dezembro de 2015, foram realizados através da transferência, a favor do Mutuário, das quantias a que este tenha direito de acordo com este Contrato sob a modalidade de adiantamento de fundos. Os requisitos previstos nas cláusulas 4.01 e 4.03 destas Normas Gerais foram cumpridos satisfatoriamente.
- (b) Os adiantamentos foram realizados com base no cronograma de investimentos e no fluxo de recursos necessários à execução do Programa, conforme evidenciado nas comunicações enviadas pela Gestora ao Banco.
- (c) Até 31 de dezembro de 2015, não foram enviadas pela Gestora solicitações para que fosse ampliado o montante máximo de adiantamento de fundos.
- (d) Até 31 de dezembro de 2015, o Banco não emitiu notificações de cancelamento ou redução do saldo total de adiantamentos.

22. Artigo 4.08 - Período de Encerramento

No estágio atual do Programa, esse artigo não é aplicável.

23. Artigo 4.09 - Taxa de Câmbio

A Gestora utilizou a taxa de câmbio vigente no país na data efetiva em que a despesa foi incorrida.

24. Artigo 4.10 - Determinação do valor de moedas conversíveis

Até 31 de dezembro de 2015, não foi necessário determinar o valor de uma moeda que não seja a do país do Mutuário.

25. Artigo 4.11 - Recibos

A Entidade emitiu e entregou ao Banco, ao final dos desembolsos, os recibos das quantias desembolsadas.

26. Artigo 4.12 - Renúncia à parte do Empréstimo

Não ocorreram renúncias ao financiamento por parte da Gestora do Programa.

**Programa de Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo - Fase I -
3127/OC-BR**

Cláusulas Contratuais do Programa

31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2015

K) Normas gerais - Capítulo IV: Normas relativas a desembolsos, Renúncia e Cancelamento Automático do Empréstimo--Continuação

27. Artigo 4.13 - Cancelamento automático de parte do Empréstimo

Não se aplica ao período em análise.

L) Normas gerais - Capítulo V: Conversões

28. Artigo 5.01 - Exercício da Opção de Conversão

Vide cláusula 1.09 das Disposições Especiais.

29. Artigo 5.02 - Requisitos para toda Conversão

Até a presente data, a Entidade não optou em solicitar a conversão do Desembolso e/ou do saldo devedor do empréstimo de Dólares ("USD") para Reais ("BRL").

30. Artigo 5.03 - Conversão de Moeda por Prazo Total ou por Prazo Parcial

Vide cláusula 1.09 das Disposições Especiais.

31. Artigo 5.04 - Conversão de Taxa de Juros por Prazo Total ou por Prazo Parcial

Vide cláusula 1.09 das Disposições Especiais.

32. Artigo 5.05 - Pagamentos de prestações de amortização e juros em caso de conversão de moeda

Até a presente data, a Entidade não optou em solicitar a conversão do Desembolso e/ou do saldo devedor do empréstimo de Dólares ("USD") para Reais ("BRL").

33. Artigo 5.06 - Comissões de operação aplicáveis a Conversões

Até a presente data, a Entidade não optou em solicitar a conversão do Desembolso e/ou do saldo devedor do empréstimo de Dólares ("USD") para Reais ("BRL").

34. Artigo 5.07 - Custos de Captação e Prêmios ou Descontos associados a uma conversão

Até a presente data, a Entidade não optou em solicitar a conversão do Desembolso e/ou do saldo devedor do empréstimo de Dólares ("USD") para Reais ("BRL").

Programa de Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo - Fase I - 3127/OC-BR

Cláusulas Contratuais do Programa

31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2015

L) Normas gerais - Capítulo V: Conversões--Continuação

35. Artigo 5.08 - Prêmios pagáveis por Tetos (caps) de Taxa de Juros ou Faixas (collar) de Taxa de Juros

Sem comentários adicionais. Refere-se a informações gerais do contrato.

36. Artigo 5.09 - Eventos de Interrupção das Cotações

Sem comentários adicionais. Refere-se a informações gerais do contrato.

37. Artigo 5.10 - Cancelamento e Reversão da Conversão de Moeda

Vide cláusula 1.09 das Disposições Especiais.

38. Artigo 5.11 - Ganhos ou perdas associadas à Re-denominação a Dólares

Não ocorreu a situação no período em análise.

39. Artigo 5.12 - Atraso no pagamento em caso de Conversão de Moeda

Sem comentários adicionais. Refere-se a informações gerais do contrato.

40. Artigo 5.13 - Custos, gastos ou perdas em caso de Conversões.

Sem comentários adicionais. Refere-se a informações gerais do contrato.

M) Normas gerais - Capítulo VI: Suspensão de Desembolsos e Vencimento Antecipado

41. Artigo 6.01 - Suspensão de desembolsos

Refere-se a informações gerais do contrato. Até 31 de dezembro de 2015, o Banco não emitiu notificações que suspendessem os desembolsos.

42. Artigo 6.02 - Término, vencimento antecipado ou cancelamento parcial de quantias não desembolsadas.

Refere-se a informações gerais do contrato. Até 31 de dezembro de 2015, o Banco não emitiu notificações de vencimento antecipado ou de cancelamento parcial das quantias não desembolsadas. Não é aplicável ao período em análise.

**Programa de Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo - Fase I -
3127/OC-BR**

Cláusulas Contratuais do Programa

31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2015

M) Normas gerais - Capítulo VI: Suspensão de Desembolsos e Vencimento Antecipado--Continuação

43. Artigo 6.03 - Práticas Proibidas

Não identificamos ou obtivemos conhecimento de quaisquer práticas proibidas.

44. Artigo 6.04 - Obrigação não atingidas

Refere-se a informações gerais do contrato. Até 31 de dezembro de 2015, o Banco não emitiu notificações de obrigações não atingidas.

45. Artigo 6.05 - Reserva de direitos

Sem comentários adicionais. Refere-se a informações gerais do contrato.

46. Artigo 6.06 - Disposições não atingidas

Sem comentários adicionais. Refere-se a informações gerais do contrato.

N) Normas gerais - Capítulo VII: Execução do Projeto

47. Artigo 7.01 - Disposições gerais relativas à execução do Projeto

Vide comentários da cláusula 1.01.

48. Artigo 7.02 - Seleção e contratação de obras e serviços diferentes de consultoria e aquisições de bens e seleção e contratação de serviços de consultoria

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e conforme testes amostrais realizados não identificaram contratações e licitações ocorridas que apresentassem desvios ou não conformidades com a presente cláusula.

49. Artigo 7.03 - Utilização de bens

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e conforme testes amostrais realizados não identificaram desembolsos ocorridos que apresentassem desvios ou não conformidades com a presente cláusula ou bens adquiridos não utilizados exclusivamente na execução do Programa.

50. Artigo 7.04 - Recursos Adicionais

Vide comentários da cláusula 2.02 das Disposições Especiais.

Programa de Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo - Fase I - 3127/OC-BR

Cláusulas Contratuais do Programa

31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2015

O) Normas gerais - Capítulo VIII: Sistema de Informação Financeira, Controle Interno, Inspeções, Relatórios e Auditoria Externa

51. Artigo 8.01 - Sistema de informação financeira e controle interno

Vide comentários da cláusula 5.01 das Disposições Especiais.

52. Artigo 8.02 - Inspeções

Não identificamos relatos ou notificações que indiquem problemas ou obstáculos às iniciativas do Banco na Gestora para análise do andamento do Programa durante os exercícios de 2014 e 2015.

53. Artigo 8.03 - Relatórios

Vide comentários da cláusula 5.01 das Disposições Especiais.

54. Artigo 8.04 - Auditoria externa

Vide comentários da cláusula 5.03 das Disposições Especiais.

P) Normas gerais - Capítulo IX: Disposição sobre Gravames e Isenções

55. Artigo 9.01 - Compromisso relativo a gravames

Não foi identificada a existência de gravames sobre bens ou rendimentos do Mutuário como garantia de outras dívidas externas.

56. Artigo 9.02 - Isenção de impostos

O Mutuário está desembolsando os juros e demais encargos do empréstimo no valor devido cobrado pelo Banco, livres de qualquer dedução ou restrição.

Q) Normas gerais - Capítulo X: Arbitragem

57. Artigo 10.01 - Composição do tribunal

Sem comentários adicionais. Refere-se a informações gerais do contrato relativo ao processo de arbitragem. No entanto, nenhum processo foi constituído entre o Mutuário e o Banco até 31 de dezembro de 2015.

Programa de Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo - Fase I - 3127/OC-BR

Cláusulas Contratuais do Programa

31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2015

Q) Normas gerais - Capítulo X: Arbitragem--Continuação

58. Artigo 10.02 - Início do processo

Sem comentários adicionais. Refere-se a informações gerais do contrato relativo ao processo de arbitragem. No entanto, nenhum processo foi constituído entre o Mutuário e o Banco até 31 de dezembro de 2015.

59. Artigo 10.03 - Constituição do Tribunal

Sem comentários adicionais. Refere-se a informações gerais do contrato relativo ao processo de arbitragem. No entanto, nenhum processo foi constituído entre o Mutuário e o Banco até 31 de dezembro de 2015.

60. Artigo 10.04 - Processo

Sem comentários adicionais. Refere-se a informações gerais do contrato relativo ao processo de arbitragem. No entanto, nenhum processo foi constituído entre o Mutuário e o Banco até 31 de dezembro de 2015.

61. Artigo 10.05 - Despesas

Sem comentários adicionais. Refere-se a informações gerais do contrato relativo ao processo de arbitragem. No entanto, nenhum processo foi constituído entre o Mutuário e o Banco até 31 de dezembro de 2015.

62. Artigo 10.06 - Notificações

Sem comentários adicionais. Refere-se a informações gerais do contrato relativo ao processo de arbitragem. No entanto, nenhum processo foi constituído entre o Mutuário e o Banco até 31 de dezembro de 2015.

**Constatações e Recomendações sobre os
Controles Internos**

**Programa de Investimento Rodoviário do
Estado de São Paulo
Fase I - 3127/OC-BR e Fase II - 3276/OC-BR**

31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2015

São Paulo, 25 de abril de 2016.

Aos
Administradores do
Programa de Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo
Fase I - 3127/OC-BR e Fase II - 3276/OC-BR
São Paulo - SP

Constatações e recomendações sobre os controles internos

Apresentamos a seguir, nossas constatações e recomendações sobre outros assuntos destinados a aprimorar os procedimentos de controle interno do Programa de Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo, financiado com recurso dos contratos de empréstimo nº 3127/OC-BR (BR-L1373) e 3276/OC-BR (BR-L1401) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que entendemos que mereçam vossa consideração.

As constatações e recomendações foram identificadas durante nosso trabalho de auditoria externa da demonstração contábil de recebimentos e pagamentos, elaborada pelo Departamento de Estradas de Rodagens do Estado de São Paulo - DER/SP.

1. Deficiência de controle interno

1.1. Ausência de abertura de campos para inserção de notas fiscais x medições registradas

Verificamos que o Departamento Fiscal e Financeiro - DFF do DER, devido a limitações sistêmicas, não consegue registrar mais de 1 (uma) nota fiscal relacionada ao contrato de fornecimento de serviços, ou seja, centraliza o valor total na primeira nota fiscal.

Exemplo: para o fornecedor TCL, que presta serviço em uma rodovia onde são considerados 2 (dois) municípios, a empresa emite 2 (duas) notas fiscais, porém, o DER inclui a primeira nota fiscal com o valor acumulado das 2 (duas) notas.

Portanto, recomendamos que o sistema utilizado pelo departamento em questão (DFF) seja atualizado, de forma que seja permitida a inclusão de diversas notas fiscais por medição, e consequentemente evite erros significativos que possam impactar em fatores importantes.

Programa de Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo
Fase I - 3127/OC-BR e Fase II - 3276/OC-BR

Constatações e recomendações sobre os controles internos
31 de dezembro de 2015

1. Deficiência de controle interno--Continuação

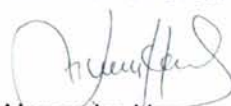
1.2. Ausência de bloqueio sistêmico para dados em duplicidade

Identificamos que o sistema Prodesp permite a inserção do mesmo número de nota fiscal para o mesmo fornecedor.

Exemplo: verificamos que para o fornecedor Siscon Consultoria de Sistema Ltda., duas notas fiscais com a mesma numeração (Nº 557) estão registradas no sistema duas vezes, sendo que a numeração correta de uma das notas seria 955.

Desta forma, recomendamos que o sistema seja atualizado para que não seja permitida a inclusão de notas fiscais com os mesmos dados já existentes, evitando assim a duplicidade de registros.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SPO15199/O-6



Alexandre Hoepfers
Contador CRC-SC-021011/O-3